

23/8/98 Pa. A-20
 Class. 220

Ação de madeireiras ameaça Parque do Xingu

De acordo com André Villas-Bôas, empresas "estão dando um abraço de morte na área"

GABRIELA ATHIAS

O desmatamento e a poluição decorrentes da indústria madeireira estão ameaçando o maior cartão-postal do indigenismo brasileiro: o Parque Nacional do Xingu, em Mato Grosso.

"As madeireiras estão dando um abraço de morte no parque", denuncia o indigenista André Villas-Bôas, do Instituto Socioambiental (ISA), em São Paulo, ao falar sobre o avanço dessas empresas na direção da reserva, que se transformou numa espécie de ilha verde cercada de área devastada. Entre os municípios de Sinop e Guarantã do Norte, no lado leste do Rio Xingu, há um pólo com cerca de 700 madeireiras.

Até alguns anos, essa atividade estava restrita à margem leste do rio, onde hoje (assim como ao sul) existem grandes projetos de pecuária. "Em dois anos, a exploração pode chegar à fronteira do parque", alerta Villas-Bôas, coordenador do Programa Xingu.

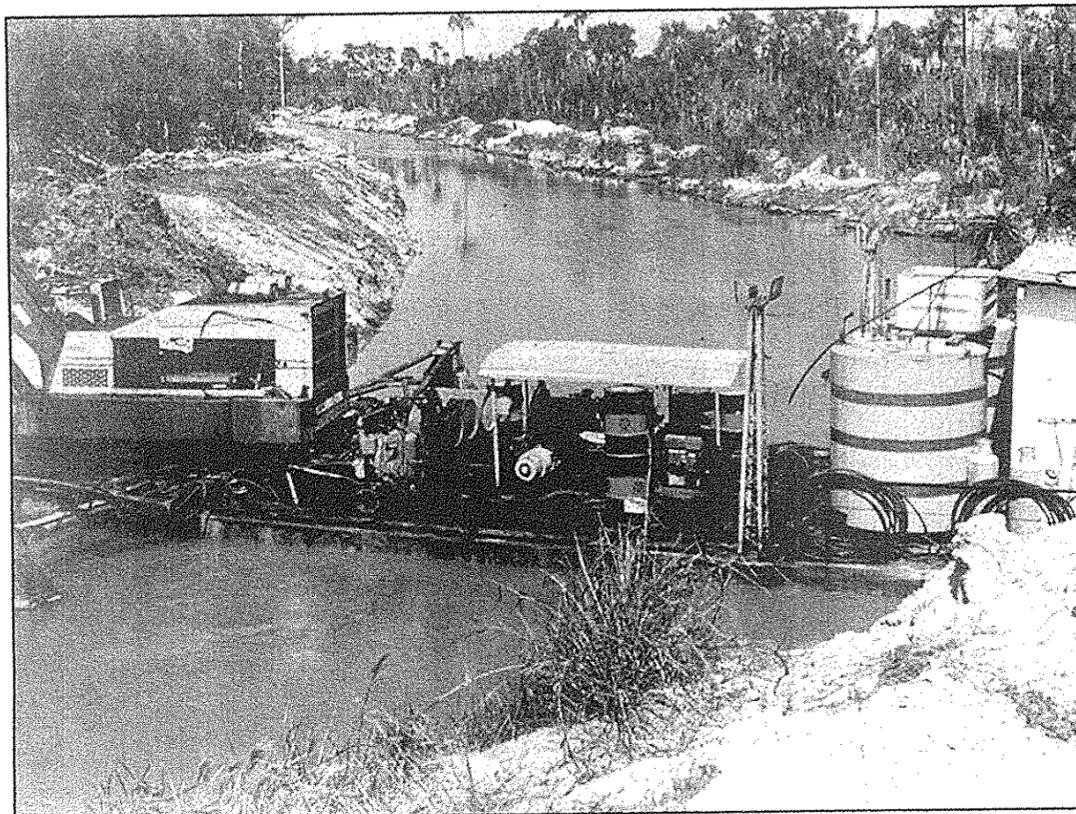
Financiado com recursos da organização norueguesa Rainforest, um dos objetivos do projeto é capacitar os índios a fiscalizar os 17 postos que guardam as fronteiras dos 2,8 milhões de hectares do parque, ao custo de US\$ 40 mil ao ano.

Nos próximos 30 dias, o ISA conclui o novo mapa da área devastada e o cálculo atualizado da taxa de desmatamento do entorno do parque. As imagens foram captadas por meio do satélite Landsat e fornecidas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

O parque funciona quase como o "ralo" da região. Como as nascentes dos afluentes do Rio Xingu estão fora da área de preservação, toda a poluição acaba penetrando a área verde, como ocorreu no caso da Fazenda Jaú/Roncador.

Em 1995, os suiás, uma das etnias que vivem no parque, às margens do rio homônimo, começaram a perceber que as águas estavam ficando tão barrentas que logo se tornou impossível pescar com arco e flecha, como é costume da comunidade.

Os índios subiram o Suiá-Miçu de barco e encontraram no afluente Daro uma draga na área da Fazenda Jaú/Roncador, sede de um dos maiores projetos pe-



Drenagem de área alagada às margens do Rio Daro para ampliação de pastagens: peixes desapareceram

cuários daquela região. Para aumentar a área de pastagem, o proprietário estava drenando áreas alagadas existentes às margens do Rio Daro.

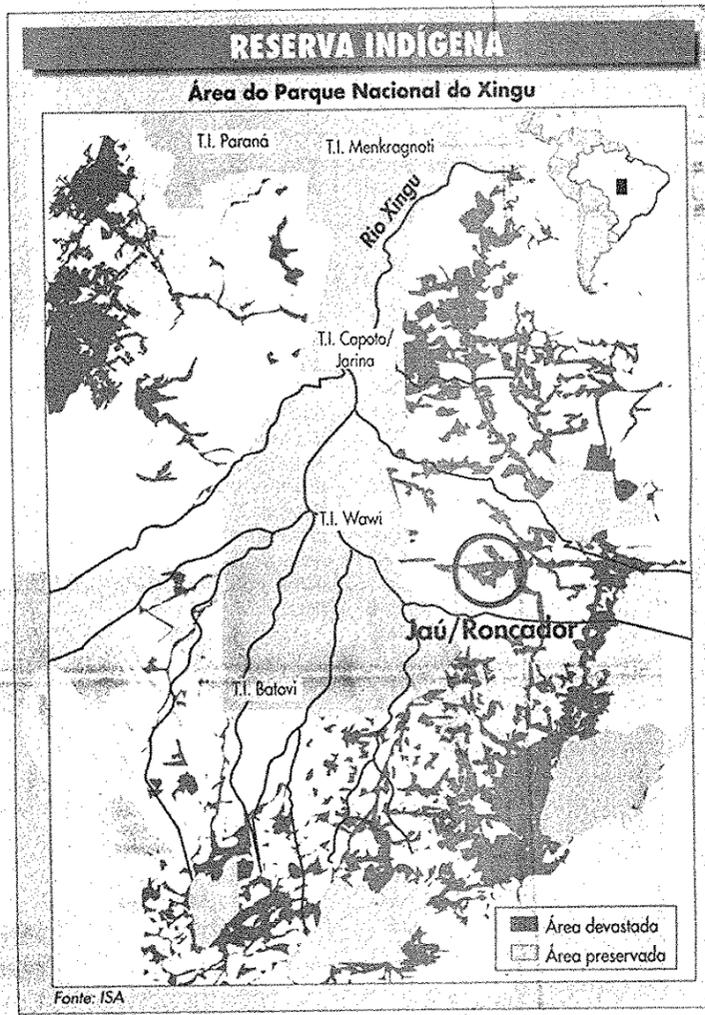
A draga estava corrigindo o leito do rio, que é muito sinuoso. A obra acabou revelando-se um escândalo ambiental.

De acordo com Dailor Romio, diretor-técnico da Fundação Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso (Fema), o projeto de drenagem não tinha autorização para ser instalado e o proprietário Pelerson Soares Penido, além de ter a obra embargada, foi multado em cerca de R\$ 12 mil.

Segundo Romio, a Fema fará nova fiscalização na área. Procurado pelo Estado, o gerente da fazenda, Waldir Pesce, não foi localizado. A assessoria da construtora Serveng Civilsan, proprietária da Jaú, informou que só Pesce poderia dar informações sobre a fazenda.

Romio diz que o governo de Mato Grosso está exigindo licença ambiental dos empreendimentos localizados no entorno do parque: "Estamos controlando as indústrias, especialmente as madeireiras." Para Villas-Bôas, "as políticas de controle passam pela existência de uma lei eficaz, o que não existe".

POLUIÇÃO
 ACABA
 PENETRANDO
 ÁREA VERDE



Dezesseis etnias vivem na região

A convivência de 14 etnias ligadas a quatro troncos lingüísticos – tupi, aruaque, caribe e jê – chamou a atenção do etnólogo alemão Karl von den Steinen já em sua primeira expedição ao Vale do Xingu, em 1884. A observação é da antropóloga Berta Ribeiro, em seu Diário do Xingu.

Essa nação multicultural do Xingu de certa maneira condicionou a criação do parque, em 1961, por um decreto do então presidente Jânio Quadros. A criação da reserva de 26 mil quilômetros quadrados resultou da expedição Roncador-Xingu, conduzida pelos irmãos Villas-Bôas, a partir de 1944. O parque foi montado aos poucos. Em 1946, foi criado o posto indígena Capitão Vasconcelos, rebatizado como Posto Leonardo, um dos Villas-Bôas, morto em 1961. Centro administrativo do parque, o Posto Leonardo fica às margens do límpido Tatuari, afluente do Xingu que corta a reserva rolando suas águas de sul para norte. Em 1948,

foi fundado o Posto Diauarum (Onça Preta), no Médio Xingu.

Como reserva indígena, de flora e de fauna, o parque já havia sido aprovado pelo vice-presidente Café Filho em 1952, à época do Serviço de Proteção ao Índio, embrião da atual Fundação Nacional do Índio (Funai).

O projeto aprovado tinha uma área muito maior que a atual. A situação geográfica, com áreas encachoeiradas no Baixo Xingu e o chapadão mato-grossense ao sul, contribuiu para a preservação do parque. Outra influência foi a inexistência de castanha e borracha na área, riquezas que historicamente provocaram a atração da exploração. O parque, atualmente, é um oásis verde envolto por fazendas de gado nelore e cidades em rápido crescimento. Em suas terras estão assentadas dezenas de aldeias de 16 diferentes etnias com população de 6 mil pessoas, o dobro do registrado por Von den Steinen em sua viagem de 1884. (Ulisses Capozoli)

Empresas não pagam multas

A maioria das empresas autuadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama) não paga as multas. Entre janeiro e agosto de 1996, de todas as multas aplicadas em empreendimentos nos nove Estados da Amazônia, somente 6,5% foram pagas.

Em Mato Grosso, onde está localizado o Parque Nacional do Xingu, das 744 multas, somente 8% foram salgadas.

A informação é do Ibama e foi publicada no livro de teses do Ministério Público após o 1.º Congresso Internacional de Direito Ambiental, ano passado. "O Ibama não está conseguindo coibir e fiscalizar os empreendimentos que envolvem impacto ambiental", afirma o promotor Raimundo Coelho de Moraes, de 33 anos, coordenador do Núcleo de Meio Ambiente do Ministério Público do Pará.

Para Moraes, a presença cada vez maior de empresas madeireiras na Amazônia "é preocupante". Para tentar normatizar essa ocupação, os Estados da Amazônia estão executando o Projeto de Gestão Ambiental Integrada (PGAI), que com seus quatro pro-

gramas visa à proteção da floresta. A linha principal do subprograma Política de Recursos Naturais é integrar todos as ações de todos os órgãos que de alguma forma atuam na proteção ao meio ambiente.

"Não existe nenhuma esfera de governo imune às pressões", diz Moraes ao referir-se ao lobby das madeireiras e de outras empresas. Em muitos lugares da Amazônia, até hoje são as madeireiras que abrem e conservam estradas vicinais que, além de servir para transportar o produto, também servem às comunidades.

Só o mogno, por ser a madeira mais valorizada no mercado internacional, é capaz de

manter as empresas em áreas inóspitas da floresta. O metro cúbico beneficiado do mogno chega a custar até US\$ 1,5 mil e acaba impulsionando a exploração predatória.

"Temos de encontrar o meio termo entre a posição dos ambientalistas e a necessidade de desenvolver a Amazônia", diz José Marcelino da Costa, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea), reforçando que a maioria dos empreendimentos impactará de alguma forma o ambiente. (G.A.)

OBJETIVO DO
 PROJETO É
 PROTEGER A
 FLORESTA